



THE KINGDOM AND THE POWER

Wendell Lessa Vilela Xavier¹

LEITHART, Peter J. *The Kingdom and the Power: Rediscovering the Centrality of the Church*. Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 1993. 259 p.²

Peter James Leithart (1959–) é teólogo reformado, pastor e ensaísta. Graduou-se no *Hillsdale College* (Inglês e História), fez M.A. e Th.M. no *Westminster Theological Seminary* (Filadélfia) e concluiu o Ph.D. em Cambridge, em diálogo com correntes de teologia bíblica, patrística e reflexão literária. Lecionou por anos no *New Saint Andrews College* (onde foi *Senior Fellow* e decano da pós-graduação), serviu ao ministério pastoral no Alabama e em Idaho, e hoje preside o *Theopolis Institute for Biblical, Liturgical & Cultural Studies* (Birmingham, Alabama), além de pastorear a *Immanuel Reformed Church* (CREC). Sua obra é vasta: comentários exegéticos (por exemplo, 1–2 Kings), teologia bíblica e litúrgica (*From Silence to Song; Delivered from the Elements of the World*), e intervenções eclesiais e culturais (*Defending Constantine; The End of Protestantism*). Esse perfil híbrido — acadêmico e pastoral — explica o cadenciamento deste livro: pensar o Reino a partir da vida da Igreja, ancorando missão, culto e sacramentos numa mesma gramática bíblica.

Publicado em 1993, *The Kingdom and the Power* aparece em meio à mobilização evangélica norte-americana na esfera pública desde o fim dos anos 1970. Leithart descreve a dispersão de modelos de “Reino”: místico-interior, futurista, ativista social-político, sacramental-litúrgico. Sem negar que cada ênfase

¹ O autor é ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil, servindo na Igreja Presbiteriana do Vale do Jatobá – BH. Doutor e Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP); mestrando (STM) em Teologia Filosófica pelo Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper (CPAJ); licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (JMC-SP). Professor na Faculdade Internacional de Teologia Reformada (FITRef).

² Embora recentemente republicada em nova edição pela Athanasius Press (2023), esta resenha considera a edição original de 1993, publicada pela P&R Publishing. (N. do E.)

colha aspectos reais, o autor sustenta que a teologia evangélica carece de um eixo eclesial e sacramental. Daí a tese: o Reino é realidade inaugurada por Cristo e sua manifestação histórica ordinária é a Igreja reunida em culto — Palavra ouvida, água, pão e vinho recebidos, disciplina praticada.

O capítulo de abertura oferece a definição-síntese que estrutura a obra: “o reino de Deus pode ser definido como a nova ordem do mundo que Cristo estabeleceu em sua vida, morte, ressurreição e ascensão, uma nova ordem de coisas que será plenamente revelada e estabelecida apenas no retorno de Cristo” (p. 16). Com isso, Leithart fixa a tensão escatológica que perpassa a Escritura: o Reino já chegou, ainda não está consumado (p. 16). Essa tensão, corretamente entendida, corrige tanto o triunfalismo (como se a consumação fosse acessível por engenharia sociopolítica) quanto o pietismo evasivo (como se o Reino fosse apenas um conforto subjetivo, sem forma pública).

A partir dessa definição programática, os capítulos 2 a 4 desenvolvem o arcabouço bíblico-teológico do argumento. Em *I Saw Satan Fall, One Like the Son of Man* e *In the Heavenlies*, Leithart articula a derrota dos poderes, a entronização messiânica de Cristo e a localização celestial da existência da Igreja. Esses capítulos funcionam como mediação decisiva entre a definição do Reino e sua expressão eclesial concreta: antes de tratar diretamente do culto e dos sacramentos, o autor demonstra que o Reino inaugurado por Cristo já reordena a história, subjuga os inimigos e incorpora o povo de Deus à esfera celeste de seu governo. Desse modo, a discussão litúrgico-sacramental dos capítulos seguintes não aparece como apêndice devocional, mas como desdobramento coerente da cristologia régia e da escatologia inaugurada apresentadas no início do livro.

É nesse ponto que os capítulos 5 e 6 assumem função estratégica. Em “*The Torn Veil*”, Leithart retoma a rasgadura do véu (Mt 27.51) e a interpreta à luz do eixo Éden–tabernáculo–templo: a morte de Cristo abre acesso ao santuário celestial. Daí a afirmação nodal: “em Cristo, temos agora acesso não a uma cópia terrena, mas ao verdadeiro santuário celestial... Nós efetivamente entramos no santuário pela fé” (LEITHART, 1993, p. 101). O ponto, mais que devocional, é eclesial: quando a assembleia se reúne para ouvir a Palavra, confessar pecados, orar e participar dos sacramentos, ela não apenas recorda um evento passado; ela é admitida, pela fé, à presença do Rei. Aqui se percebe a costura do argumento: expiação, presença, culto e missão pertencem a uma mesma economia do Reino.

O capítulo “*The King’s Table*” desdobra a Ceia como símbolo eficaz de graça real. A figura de Mefibosete organiza a imaginação teológica: um inimigo, caído e sem mérito, assentado à mesa do rei por pura misericórdia. “Nós somos todos Mefibosetes... [e] estamos assentados à mesa do Rei” (p. 107). A Ceia, assim, não é mero memorial psicológico, mas banquete do Reino: lugar de honra imerecida, reconciliação, participação e envio. Ao enfatizar a mesa, Leithart reabilita a dimensão comunal e pública do sacramento: somos nutridos para uma vida

comum que, por sua vez, testemunha ao mundo uma ordem superior — a do Cristo exaltado.

A crítica do autor à “religião civil” americana, e ao risco de converter a Igreja em “grupo de interesse”, é particularmente oportuna. A frase de Neuhaus que Leithart torna mote — “a primeira tarefa política da Igreja é ser Igreja” — funciona como antídoto simultâneo ao retraimento e ao partidarismo. Não se trata de negar a vocação pública dos crentes, mas de reordená-la: a ação cristã na polis brota do culto, não o substitui. É a Igreja, como Igreja, que exhibe o Reino: não por estratégias de poder, mas pela forma de vida moldada pela Palavra e pela Mesa.

À luz dos Padrões de Westminster, o livro converge em pontos essenciais. A Confissão (25.2–3) confessa que Cristo confiou à Igreja “o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus” como meios ordinários de vida e salvação; o Catecismo Maior (p. 154–175) expõe a tríade Palavra–sacramentos–oração como meios de graça; e, sobre a Ceia (p. 170), afirma a presença real espiritual de Cristo aos que creem, nutrindo-os na comunhão com ele. Nessa chave, a centralidade eclesial de Leithart coincide com a tradição: a Igreja visível é o rosto histórico pelo qual o Reino se dá a ver. A ênfase no culto dominical — convocação, purificação, instrução, mesa, benção — reabilita a convicção reformada de que Deus governa o seu povo por instrumentos públicos, e que esses meios não são acessórios, mas constitutivos do Reino já inaugurado.

Ainda assim, algumas salvaguardas se impõem para evitar leituras que o próprio autor não pretende. A primeira diz respeito à distinção Reino–Igreja. Em certas passagens, a retórica de Leithart pode sugerir identificação demasiado estreita. A tradição reformada oferece uma distinção útil: a Igreja é o centro histórico-salvífico do Reino (onde Cristo rege por sua Palavra e Espírito), mas o Reino é mais amplo em alcance criacional e providencial. Kuyper, com a soberania das esferas, lembra que o senhorio de Cristo se estende à ciência, à arte, à economia, à política, sem que isso dissolva a peculiaridade cultural da Igreja; Bavinck insiste que a obra do Cristo exaltado tem dimensão cósmica, sendo a Igreja seu coração, não seu perímetro. Essa baliza impede tanto a eclesiofobia moderna — isto é, a minimização da Igreja como realidade teológica e histórica central — quanto um eclesiocentrismo — isto é, a absorção quase total do Reino nos limites institucionais da Igreja —, evitando que se invisibilize a providência de Cristo para além de sua dimensão eclesiástica.

A segunda salvaguarda é pneumatológica. Embora o Espírito Santo não esteja ausente do argumento, a economia de sua agência poderia ser mais desenvolvida. O Catecismo Maior (q. 58–59) recorda que é o Espírito quem aplica eficazmente os benefícios do Mediador, unindo-nos a Cristo, conformando-nos ao culto do céu e traduzindo a liturgia dominical em santidade pública: vocações transformadas, justiça na praça, mansidão no conflito, integridade no labor.

Explicitar melhor o nexa Espírito–culto–testemunho ajuda a evitar o mal-entendido de que o “primado do culto” equivalha a “indiferença ao mundo”.

Feitas as ressalvas, o livro presta um serviço claro: centralizar a missão na tradição litúrgica. Em vez de começar pela ansiedade da relevância, o autor nos direciona à fidelidade do culto. Ao adentrar o ambiente de culto (p. 101) e assentar-se à mesa (p. 107), a Igreja participa, de modo real e antecipado, do século porvir. Isso tem consequências concretas. Na pregação, Cristo nos chama, julga e consola; no batismo, somos incorporados e postos sob governo; na Ceia, recebemos o pão do Reino — o que, por sua vez, exige disciplina, reconciliação, justiça entre irmãos. A forma dominical assim produz uma forma de vida: comunidades pacificadas que dizem a verdade em amor; famílias educadas na piedade; vizinhanças impactadas por obras de misericórdia; presença pública sóbria, paciente, perseverante.

Nesse horizonte, a prudência que Leithart recomenda para a arena política ganha contornos positivos. Não há retraimento: há ordem de amores. A Igreja não abdica da palavra profética — ela a qualifica, situando-a na cadência da assembleia, cujo ato mais “político” é reconhecer e proclamar outro Rei. A correção aqui é dupla: a Igreja não é apêndice do Estado nem capelanía de agendas; e o ativismo, desacoplado do altar, perde centro, sobriedade e esperança.

Em perspectiva confessional, a ressonância com Westminster é ampla. No capítulo 25, a CFW sustenta que fora da Igreja visível não há possibilidade ordinária de salvação; isso não significa confundir Reino e Igreja, mas reconhecer que Cristo vincula, ordinariamente, vida e salvação a meios públicos sob custódia eclesial. A fé reformada é pastoralmente concreta: Deus nos encontra em tempos, lugares, palavras e sinais. A recuperação que Leithart propõe — culto como entrada real na presença divina (p. 101) e Ceia como mesa real (p. 107) — é, ao mesmo tempo, católica e reformada: católica, porque enraizada na grande tradição; reformada, porque filtrada pela Escritura, pela confessionalidade e pela sobriedade dos meios de graça.

Em suma, *The Kingdom and the Power* é leitura de alto proveito para quem deseja pensar a missão da Igreja desde o centro. Seu principal mérito é recolocar culto, sacramentos e disciplina como formas do Reino já entre nós, evitando a oscilação entre individualismo e pragmatismo. Lido com as duas salvaguardas indicadas — distinção Reino–Igreja e pneumatologia explícita —, o livro funciona como corretivo e estímulo: chama-nos a ser aquilo que confessamos aos domingos. A vida pública do povo de Deus nasce, assim, não da ânsia por eficácia, mas da fidelidade a Cristo no lugar onde Ele mesmo prometeu estar — na assembleia convocada, na água do batismo, no pão e no cálice compartilhados.

Aplicação pastoral: começamos no culto. A melhor contribuição pública que uma igreja local pode oferecer à sua cidade é ser Igreja com santidade e

alegria: pregar Cristo com clareza, administrar fielmente os sacramentos, praticar a disciplina em amor, formar discípulos que trabalhem bem, sirvam com misericórdia e falem a verdade com mansidão. É assim — entrando no culto pela fé (p. 101) e vivendo da mesa do Rei (p. 107) — que a comunidade cristã participa, já agora, do Reino que há de ser plenamente revelado (p. 16).